



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6716 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

A tradução curricular no atendimento pedagógico domiciliar à criança e ao adolescente enfermo: notas de uma experiência

Natália Silva Resende - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Daniele Farias Freire Raic - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

### **A TRADUÇÃO CURRICULAR NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ENFERMO: NOTAS DE UMA EXPERIÊNCIA.**

Palavras-chave: tradução curricular; subjetividade; atendimento pedagógico domiciliar

## **INTRODUÇÃO**

*A cabeça pensa onde os pés pisam.*

*Frei Betto*

Início esse texto com a provocação de Frei Betto como uma forma de dizer que pensamos e agimos quando e como somos afetados, parafraseando-o eu diria que “a cabeça pensa a partir do que nos afeta”. Os afetos produzidos ao longo das minhas experiências, ou aquilo que Larrosa (2002, p. 21) define como “aquilo que nos passa, nos acontece e nos toca; produzindo afetos, marcas e efeitos”, é o que tecem esse texto. Dessa forma, esta pesquisa tem como tema as composições curriculares produzidas ao longo do atendimento pedagógico domiciliar da criança e do adolescente que se encontra impossibilitado de frequentar o espaço escolar devido a graves problemas de saúde.

Minha motivação pelo tema se deu por meio de uma experiência de estágio que tive no Hospital Luxemburgo em Belo Horizonte - MG local onde eu realizava atendimentos psicológicos aos pacientes internados e seus familiares. A partir das minhas andanças e dos encontros que pude estabelecer, observei que quando os adolescentes não viviam a rotina hospitalar com interconsultas<sup>[1]</sup> e exames viviam seu “tempo livre” de forma ociosa, isto é,

sem nenhuma atividade recreativa e/ou educacional que pudesse proporcioná-los a continuidade do desenvolvimento social, emocional e cognitivo. Naquele momento me questionava sobre a ausência da escola vivida por eles e então, me interessei por conhecer às Classes Hospitalares (CH) espaços que poderiam proporcionar acesso à educação e uma nova forma de viver este momento tão carregado de medos e incertezas.

As crianças e os adolescentes no Brasil viveram durante muito tempo sem terem seus direitos reconhecidos pelo Estado e pela sociedade. No entanto, esse cenário sofre transformação após o período denominado de redemocratização do país e se reflete na Constituição de 1988 que dá acesso as crianças e aos adolescentes, dentre tantos outros direitos, a garantia à educação e universalização do atendimento escolar. Posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com as políticas públicas voltadas para o público infantil que começamos a construir um olhar voltado para as necessidades da população que encontrava-se hospitalizada, garantindo-lhes, assim, direitos ao acesso à educação.

Acredito que a educação pode, mesmo em contextos adversos, favorecer aprendizados, conhecimentos e saúde a essas crianças e adolescentes. Os encontros promovidos entre educador e educando gera um entrelaçamento de forças e afetos. Esses encontros, segundo Spinoza (2009), podem resultar em bons encontros quando há o aumento da potência de agir desse indivíduo; ou a decomposição, quando um corpo subtrai algo do outro, diminuindo sua potência de agir. Ser afetado, é ser preenchido por afecções que acabam por impactar a forma como cada um constrói o mundo e a si mesmo.

Minha formação e experiência como psicóloga dialoga com a proposta de trabalhar com o currículo como dispositivo que produz diferentes modos de subjetivação. A subjetividade compreendida na imanência é “produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais” (GUATTARI, 1992, p.11) é também, um sistema complexo e heterogêneo, resultado de agenciamentos coletivos. Esse sistema constituído não apenas pelo sujeito, mas também pelas relações que são estabelecidas denunciam a exterioridade de forças que incidem sobre nós de forma rizomática, ligando a subjetividade a situações, e ao coletivo.

A partir das ideias expostas acima esse trabalho tem como objetivo discutir as traduções curriculares presente no contexto do atendimento pedagógico domiciliar. Para tal, os passos que pretendo percorrer será de: mapear os deslocamentos do currículo da ‘escola’ para o currículo ‘de casa’; discutir os processos de subjetivação vividos pelas crianças e adolescentes enfermos no território curricular; e por fim discutir a tradução curricular no contexto do atendimento pedagógico domiciliar.

Em termos metodológicos este trabalho apoia-se na Esquizoanálise, linha teórica que surgiu da associação de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Esse pensamento assume modos de existir no plano da imanência, vertente que trilha caminhos nômades, aposta na invenção e adentra o domínio da experimentação, dos agenciamentos, dos fluxos, de um mundo que se compõe e decompõe pelas relações. Ao mesmo tempo em que pretendo trazer para essa conversa as ideias de tradução desenvolvidas por Jacques Derrida e suas implicações no campo do currículo pós crítico.

Para tanto, utilizarei da perspectiva da cartografia como método estratégico-rizomático, que nos possibilita olhar sobre os territórios e seus agenciamentos, permitindo acompanhar os movimentos, as relações, os jogos de poder, os modos de subjetivação... é uma estratégia de análise crítica, problematizadora da história do presente ao mesmo tempo que possibilita uma crítica ao nosso tempo. Ela nos convida à experimentação e a prática de manter a mente aberta. (SOUZA; FRANCISCO, 2016) Para Rolnik (2011) é tarefa do cartógrafo,

[...]dar língua para os afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago (ROLNIK, 2011, p.23 e 24).

O cartógrafo é alguém que, se apropria de tudo que encontra pelo caminho mostrando-se sempre aberto a desbravar novos caminhos e novas possibilidades de mundo.

Para a realização desse estudo trago como campo de observação e imersão a casa de apoio GACC Sul Bahia, localizada na cidade de Itabuna, BA. Fundada em 1996, a casa é uma instituição sem fins lucrativos, que acolhe crianças, adolescentes e suas famílias oferecendo um espaço de acolhida durante o tratamento da doença. Seu trabalho é especialmente direcionado ao atendimento de famílias de baixa renda, com a finalidade de garantir o direito ao tratamento do câncer com melhor qualidade de vida, atendendo a população do interior do estado da Bahia. Como este estudo ainda está em andamento, os dispositivos ainda estão sendo rastreados, conforme o avanço da cartografia, porém, com o atual cenário de isolamento social, em decorrência da pandemia do Covid-19, apontamos, desde já, para a dificuldade de imersão, uma vez que, esse dispositivo, atualmente, encontra-se restrito para visitação. O que apresentamos no atual momento deste trabalho são as notas de nossas experiências, consubstanciadas por um estudo bibliográfico que nos ajuda a nos aproximar do estudo em tela.

## **CLASSE HOSPITALAR E O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR**

A Classe Hospitalar no Brasil é compreendida como uma modalidade de ensino para crianças e adolescentes internados em hospitais, acolhidas em casas de apoio, ou no próprio domicílio da criança. Reconhecida pelo Ministério da Educação as classes hospitalares, por meio de sua secretaria de Educação Especial, atuam de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção as necessidades educacionais especiais de modo a promover o desenvolvimento, e contribuir para a construção do conhecimento dessas crianças (BRASIL, 2002).

Atualmente, existe um aparato legal que regulamenta a realização das classes hospitalares. Em 1995 foi aprovada a resolução de nº 41 de 13 de outubro, através do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que aprovou na íntegra o texto originário da Sociedade Brasileira de Pediatria em que crianças e adolescentes hospitalizados têm garantidos seus direitos à escolarização. Dentre os 20 tópicos estão os programas de educação para a saúde e o acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar (BRASIL, 1995).

Em 1996 a Lei de nº 9.394/1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional confirmando o que a Constituição de 1988 determina, que é o direito à escolaridade, mesmo em situação de adoecimento. A classe hospitalar, portanto, está implantada na LDB 9.394/96 como educação especial inclusiva.

Em 2002 foi publicado pelo MEC (2002) um documento intitulado “Classes Hospitalares e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações”, com o objetivo de estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em

ambientes hospitalares e domiciliares.

Consoante este documento, o atendimento pedagógico domiciliar é compreendido como:

Atendimento que ocorre em ambiente domiciliar, quando o estudante encontra-se com problemas de saúde que o impossibilita de frequentar regularmente os espaços escolares, ou esteja em casa de apoio/recuperação de saúde ou em outras estruturas de apoio da sociedade. (BRASIL, 2002, p. 13)

Para ocorrer a efetivação de bom atendimento pedagógico domiciliar é necessário pensar nos diversos atravessamentos que esta modalidade pode sofrer. Desde os recursos didáticos-pedagógicos até as barreiras físicas e arquitetônicas dos locais de atendimento. Nesse sentido, é importante que o ambiente esteja apto às necessidades dos alunos, dispondo de materiais adaptados, tornando-o acessível. (BRASIL, 2002).

Segundo Bertolin e Maito (2015) é muito importante que, ao longo do processo, a família esteja envolvida, pois eles, também são afetados pela mudança da rotina que o adoecimento acarreta. Cabe a estes proporcionar um ambiente adequado para os atendimentos como também, motivar o estudante quanto à continuidade de seus estudos formais, auxiliando-o nas tarefas de casa, quando solicitadas, e na organização do seu material para os dias previamente agendados.

## **CURRÍCULO E TRADUÇÃO CURRICULAR**

Com a crise da Teoria Curricular Crítica, que pensa a relação do currículo com a estrutura social, cultural, ideológica e de controle social, surge um novo olhar, uma visão mais alargada das narrativas de dominação existentes no currículo. “As vozes silenciadas no currículo passaram a ser audíveis e deixaram ver o exercício de poder presente nas relações de gênero, sexualidade, raça e territorialidade, negando a unicidade da relação poder-classe social inspirada na Teoria Crítica” (ORTIZ; FREITAS, 2014, p. 603).

É a partir dos pensamentos da Teoria Pós Crítica do currículo que podemos conceber o currículo como um material que produz modos de subjetivação. Como aponta Corazza (2001, p. 57 e 58):

Conceber o currículo como modo de subjetivação implica analisar seus conhecimentos, linguagens, formas de raciocínio, ciências, tipos de experiência, técnicas normativas, enquanto vinculados às relações de saber e de poder que atravessam os corpos para gravar-se nas consciências.

A subjetividade passa a compor esse currículo pós-crítico entendida como uma produção interminável que se dá por meio de encontros. Encontros estes, que ocorrem com tudo aquilo que ao encontrar produz efeitos nos corpos e na forma de viver. Já os processos de subjetivação compreendidos na perspectiva da esquizoanálise são vividos por nós em um constante fazer-se e desfazer-se. Nesse processo o indivíduo é afetado por algo “externo”, gerando linhas flexíveis e abertura, ou seja, ocorre uma perda da consistência do território presente até então, dando espaço para a desterritorialização e, assim, a abertura para novos

campos possíveis gerando a construção de um novo território, a reterritorialização. Nesse processo de trocas nos absorvemos, mas também emitimos os componentes de subjetivação que está em circulação, se dá por meio de instituições, práticas e procedimentos vigentes em cada tempo histórico.

Pensar o processo de subjetivação a partir do currículo é encará-lo como prática discursiva que constrói realidades, nos governa, constrange nossos comportamentos, tudo isso produzindo sentidos. (MACEDO; LOPES, 2011)

A escola, como também o atendimento pedagógico domiciliar, reproduz um currículo que está assujeitado as relações de poder e saber dominante na sociedade. Ao mesmo tempo em que esse currículo atua na produção de subjetividades a subjetividade atua na reprodução do currículo. Portanto, é importante trazermos para o debate o papel que o professor exerce como tradutor desse currículo que será utilizado nos atendimentos pedagógicos, tendo em vista que nenhuma tradução consegue manter a “originalidade” do texto, criando assim, outros percursos que vão além da mera reprodução do currículo escolar.

Assim, a discussão que trago a respeito da tradução, refere-se à “contribuição do tradutor enquanto um sujeito que interfere na língua, transformando e produzindo significados.” (OTTONI, 2001, p.127) E, nesse sentido, nos provoca a pensarmos nos modos que as crianças e os jovens são subjetivados por essa ‘tradução’.

A perspectiva derridiana de tradução nos traz significativas contribuições no contexto do currículo. Seu pensamento coloca a tradução enquanto performance, um ato de comunicação, em que o sujeito existe no texto, produzindo nele novos sentidos e significados. (LOPES;CUNHA;COSTA, 2013)

Segundo Lopes *e col.* (2013) Derrida faz uma crítica a ideia ocidental de tradução como ação consciente do sujeito, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao logocentrismo afirmando que: “na tradução, há locutores e receptores atuando de forma totalizada, consciente e intencional, na sustentação teleológica da unidade do sentido, o que não permitiria que nenhum resto se furtasse a totalização. (LOPES;CUNHA;COSTA, 2013, p.401) Pelo contrário, para Derrida o resto sempre ocorre, uma incapacidade de total compreensão. A tradução é então, produção singular de um contexto.

Dessa forma, não conseguiremos manter intacto o sentido do texto que pretende reproduzir. A tradução assume um caráter único, como iteração [2]. A iteração está marcada pela *differance* que faz com que algo novo surja, transformando a intenção, fazendo com que o ato performático expresse algo diferente daquilo que queria dizer, levando a ruptura contextual.

Podemos ver na tradução a presença da subjetividade do sujeito.

Toda tradução é uma produção original que, ao ser desencadeada, ainda que o tradutor pretenda se reconciliar com um suposto sentido anterior, ela já o corrompeu, cabendo-lhe a suplementação como sentença final, como possibilidade de expressão e continuidades. (LOPES;CUNHA;COSTA, 2013, p.403)

Ou seja, por mais que se pretenda manter a originalidade do texto, ele trilhará novos caminhos, produzindo novos sentidos e discursos. Dessa forma, nosso olhar retoma ao contexto do atendimento pedagógico domiciliar, seu cenário incomum à prática pedagógica, dominado pelos atravessamentos que o currículo e a subjetividade imprimida nele repercute na prática do professor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perspectivarmos neste estudo discutir os processos de produção de subjetividades da criança e do adolescente enfermos e suas relações com as traduções curriculares presente no contexto do atendimento pedagógico domiciliar, nos deparamos com situações atípicas em decorrência da pandemia covid-19, que nos limita no sentido da imersão no GACC, bem como nos contatos mais diretamente com as crianças os adolescentes e suas famílias. Há, ainda, um público flutuante, considerando os indesejáveis agravamentos das enfermidades. Todavia, embora reconheçamos que este trabalho ainda se encontra em andamento é possível vislumbrarmos a importância que as classes hospitalares e o atendimento pedagógico têm na continuação do processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes enfermos, contudo, há, por um lado a preocupação que os currículos ‘da escola’ sejam apenas transportando para a casa, sem considerar as contingências dos alunos enfermos; por outro lado, há uma preocupação com a tradução curricular que acontece entre um espaço e outro, uma vez que estão em curso diferentes processos de subjetivação cujos efeitos podem repercutir de maneira indesejável no processo formativo dessas crianças e adolescentes. E, embora reconheçamos o avanço da implementação dessa modalidade de ensino, ela ainda não está presente em um número significativo de cidades, sendo necessário, em muitos casos, o deslocamento para grandes polos. Temos, então, uma outra situação que se apresenta: a atividade escolar fora da escola e, também, fora de ‘casa’, mas em um entreescolaecasa, ou atividades temporárias em ‘casa de apoio’. Qual o currículo que emerge nessa situação? Como acontecem as traduções curriculares nesses espaços? Observamos, portanto, que são situações complexas, cujas tramas vão se embaralhando, sendo necessário perspectivarmos novos olhares tanto para a formação docente, quanto para a própria pedagogia.

## REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Fabiana Neves; MAITO, Viviane Pereira. Atendimento pedagógico domiciliar – APD – A escola em casa. **EDUCARE**. XII Congresso Nacional de Educação. PUC PR, 2015. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16803\\_10555.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16803_10555.pdf)> Acesso em jun. 2019

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizado**. Resolução nº 41 de outubro de 1995. Brasília: Imprensa Oficial, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação. Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. **Secretaria de educação Especial**. Brasília: MEC: SEESP, 2002

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em Educação. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Editora 34, 1º edição, Rio de Janeiro, 1992

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Ver. **Bras. Educ.** RJ, n.19, p. 20 – 28, Abr. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>> Acesso em agost. 2020

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. Editora Cortez, 1ª edição, São Paulo, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Erik Virgílio; COSTA, Hugo Heleno. Da recontextualização à tradução: investigando políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**. V.13, n.3, p. 392 – 410, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/lopes-cunha-costa.pdf>> Acesso em agost. 2020

MANSANO, Sônia Regina Vagas. Sujeito, Subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8 (2), p. 110 - 117, 2009. Disponível em: < <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946/873>> Acesso em jun. 2020.

OTTONI, Paulo. **Tradução recíproca e Double Bind – transbordamento e multiplicidade de línguas**. UNICAMP, 2001. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4096/1/Paulo%20Ottoni.pdf>> Acesso em ago. 2020

ORTIZ, Leodi Conceição Meireles; FREITAS, Soraia Napoleão. O currículo da Classe Hospitalar pioneira no Rio Grande do Sul. Ver. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.39 n.2, p 595 – 616, abr/jun 2014.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Editora UFRG, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Severino Ramos Lima de; FRANCISCO, Ana Lúcia. O método da cartografia em Pesquisa Qualitativa: estabelecendo princípios... desenhando caminhos... **5º Congresso Iberoamericano em investigação qualitativa**. Investigação qualitativa em Saúde. V. 2, 2016.

SPINOZA, Benedictus. **Ética**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2009.

---

[1] Solicitação que um profissional faz ao outro, com o objetivo de realizar um acompanhamento/ atendimento específico ao paciente.

[2] Entendida como “um meio de articulação e traição irresistível e permanente (em que tudo nunca permanece) é pontuar que os contextos são (in)fundados fragilmente, porque constituídos por uma fê de se estar tratando da mesma coisa na relação com dado significante. (LOPES;CUNHA;COSTA, 2013, p.402 e 403)